

Jornal da APU

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



www.apub.org.br











Gestão do biênio 2012/2014 | Salvador - Bahia - Setembro de 2013 | Nº 45



Pesquisa e extensão na universidade: autonomia X burocracia Página 3



Seminário chega a consenso por mais saúde no país Página 3



Quatro décadas e meia em defesa da categoria docente Páginas 6 e 7



Em xeque, mobilidade urbana e manifestações de junho Página 8

Salvador - Bahia - Setembro 2013 Jornal da APUB SINDICATO



EDITORIAL

Apub 45 anos, a continuidade da luta

Este exemplar comemora os 45 anos da Apub e noticia os eventos realizados em agosto pelo Sindicato. Quanto às quatro décadas e meia de fundação, nesse número, uma reconstituição sumária de fatos históricos relevantes e sarau comemorativo. É momento também de lembrar que a Apub tem sempre lutado pela democratização da sociedade, pela universidade pública gratuita e de qualidade, por melhores condições de trabalho. Além disso, tem sido espaço de encontro social e cultural dos professores (páginas 6 e 7).

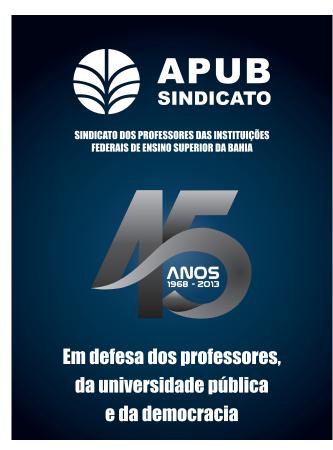
Nas demais matérias, notícias de eventos. O debate Universidade: autonomia X burocracia (página 3), parte da luta contra o engessamento por normas que desconhecem a natureza da universidade e diz respeito à sua autonomia, é a matéria de capa. Debates com temas que nos mobilizam como professores cidadãos: Programa Mais Médicos (páginas 4 e 5), mobilidade urbana e manifestações populares (página 8).

Parte de uma luta que prossegue, ato público e entrega de pauta à Reitora da UFBA, em 30 de agosto, conforme deliberação em assembleia geral da Apub do dia 22 de agosto, e assembleia realizada no IFBA, em 29 de agosto, são expressões (pag 7).

A luta continua. Nesta, incluem-

-se a reunião entre Apub e administração Central da UFBA sobre o andamento das pesquisas, realização de seminário de formação sindical, solicitado por colegas do interior, cobrança da edição das diretrizes específicas de promoção para Titular por parte da universidade, programação para a eleição de representantes para o Conselho Universitário da UFBA, comemoração do Dia do Professor. Reafirmação de ações da Apub Sindicato.

A continuidade e a eficácia desta e de outras lutas dependem do apoio e participação dos professores, dos quais a Apub é instrumento e retira a sua representatividade e força.



ENSINO SUPERIOR

Senado aprova Medida Provisória que reestrutura carreira docente da rede federal

O Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão 18/2013, oriundo da Medida Provisória 614/2013, que impõe a exigência de doutorado para ingresso na carreira de professor universitário e autoriza fundações de apoio à pesquisa a celebrar contratos com entidades privadas. A MP fazia apenas ajustes na reestruturação das carreiras de Magistério Superior em universidades e de EBTT nas demais IFES.

A autorização para convênios com entidades privadas para auxiliar em projetos de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas IFES e demais instituições científicas e tecnológicas (ICTs) foi incluída no texto. Pela nova redação, o Conselho Superior da instituição pode autorizar o professor em DE realizar 120 horas anuais a mais de atividades remuneradas para desenvolvimento pesquisa, e inovação; foi retirado o limite de 30 horas anuais para atividades que impliquem o recebimento de cachê ou pró--labore pela participação em palestras, conferências ou atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente. Outra mudança é que a passagem de nível após três anos de estágio probatório agora é direito garantido.



Jornal da APUB SINDICATO Salvador - Bahia - Setembro 2013



PESQUISA E EXTENSÃO



Debate com Pinguelli exprime a indignação dos docentes da UFBA

Burocracia da CGU (Controladoria Geral da União) e do TCU (Tribunal de Contras da União) imposta às universidades, interpretações limitadas e equivocadas das leis e as amarras para desenvolver os trabalhos de pesquisa e extensão são alguns dos motivos que levaram professores ao debate *Pesquisa e extensão na universidade: autonomia X burocracia*, promovido pela Apub, no dia 19 de agosto, na Faculdade de Arquitetura.

Entre o público presente e os que acessaram a transmissão on line, mais de 200 pessoas acompanharam o evento, que contou com o professor Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ) e o diretor da Procuradoria federal junto à UFBA, Roberto Cordeiro. A discussão foi mediada pelo professor Asher Kiperstok, do Programa de pós-graduação em Engenharia Industrial (PEI) da Politécnica/UFBA, diretor acadêmico da Apub Sindicato.

Críticas à postura da CGU e do TCU

Segundo Pinguelli, a transferência dos procuradores da universidade para a AGU (Advocacia Geral da União) impossibilita a defesa da instituição de ensino contra os abusos dos órgãos federais. Para ele, somente com advogados próprios, estas podem se defender dos abusos, como os presentes na "cartilha" editada pela CGU: norma que impossibilitaria os docentes em regime de Dedicação Exclusiva (DE) participar de entidades da sociedade organizada (após reação, a CGU recuou, dizendo que foi um equívoco), proibição de receber recurso de qualquer outra fonte, licitação de professores visitantes e todo um conjunto de exigências burocráticas que dificultam e inviabilizam a realização e a qualidade de pesquisas e serviços. Na área de saúde, por exemplo, pode significar a perda de vidas, pela falta do medicamento ou equipamentos.

Para enfrentar isso, é necessária uma legislação específica para as universidades, que reconheça e regulamente sua autonomia e possibilite o desenvolvimento da educação. "As universidades são patrimônio nacional. Esses problemas não atingem somente os pesquisadores, mas a sociedade brasileira".

A visão da procuradoria

Roberto Cordeiro concordou com Pinguelli em relação à necessidade de ter a autonomia da universidade garantida por uma nova legislação. O procurador reconheceu que há um engessamento por conta do marco legal, que envolve a todos, inclusive a Reitora. "A lei exige um malabarismo interpretativo".

Ele afirmou que tem muitas ressalvas em relação à CGU e ao TCU, mas destacou serem necessários cuidados com o uso das verbas públicas. Os procuradores lotados nas universidades estão nacionalmente construindo linhas de atuação para que a universidade cumpra seu papel com maior grau de liberdade para que os pesquisadores possam atuar. Segundo ele, a procuradoria está cumprindo o papel de provocar as instâncias competentes para promover as mudanças indispensáveis.

"As leis e decretos precisam de alterações, de forma a atender diretamente às necessidades. Só assim, vamos poder dar um salto na pesquisa".



Mobilização e reação da categoria

Para professora Cláudia Miranda, presidente da Apub Sindicato, é preciso mobilizar a categoria para pressionar os reitores a assumirem a defesa das universidades. "Defender essa luta de superação das más condições de pesquisa e extensão, através do apoio de entidades como a SBPC e a ABC, e incluir o assunto no Consuni". Para a presidente, é necessário articular um movimento nacional com líderes de grupos de pesquisa das IFES brasileiras.

Asher expressou que a redução da velocidade da pesquisa, devido à burocracia e à falta de autonomia das IFES, por si só, vai matando aos poucos o desenvolvimento da pesquisa.

Na discussão, a professora Tânia Maria Fischer (ADM) apontou os riscos que os pesquisadores correm e a falta de orientação, que às vezes acarreta uma prestação de contas capenga. Para ela, os professores precisam da autonomia para que não sejam mais réus, pagando com o próprio salário essas diferenças e prejudicando a carreira.

Jornal da APUB SINDICATO Salvador - Bahia - Setembro 2013



SAÚDE



Docentes debatem programa Mais Médicos

Apub Sindicato promoveu um rico debate sobre o programa Mais Médicos, lançado pelo governo federal, através da MP 621. A mesa foi composta pelo secretário da Saúde, Jorge Solla, José Tavares Neto (Faculdade de Medicina da UFBA), José Sestello (Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva e Cebes - Centro Brasileiro de Ciências da Saúde) e Jecé Brandão (conselhos Federal e Regional-BA de Medicina).

No debate, se as divergências foram competentemente expostas, revelou-se a existência de pontos consensuais: a necessidade de valorizar e defender o SUS, o sub-financiamento da saúde no Brasil, a desigual distribuição dos médicos, com sua falta nas periferias urbanas e áreas do interior, as dificuldades na interiorização, a urgência no

estabelecimento pelo Estado de um plano de carreira para a categoria, a necessidade de cursos de Medicina valorizarem a formação para a atenção básica contra a concentração precoce em especializações, a importância de garantir o funcionamento de toda a equipe técnica.

É importante considerar que o programa se volta à formação, como a questão da residência médica, e pesquisa em saúde, além da contratação de médicos estrangeiros.

A favor do Mais Médicos

O secretário Jorge Solla manifestou-se a favor do Mais Médicos e lembrou algumas ações do governo nesta e em outras áreas. "Não adianta ficar só com o discurso de que é precário". Tem-se que apontar as conquistas, como o crescimento do SUS. Atualmente, segundo ele, 12 milhões de pessoas são internadas por ano no Brasil pelo Sistema Único de Saúde. Além disso, a rede realiza 90% dos procedimentos cirúrgicos de alto custo e 90% das cirurgias cardíacas no país. Solla lembrou ainda que os melhores atendimentos de urgência na Bahia são feitos no HGE (Hospital Geral do Estado) e no Hospital do Subúrbio.

Apesar dos números positivos, o secretário reforçou que programa é necessário e deu as seguintes justificativas para ampliação do quadro: crescimento do SUS, abertura de novos leitos, sendo 1300 somente na Bahia, redução do número de consultas e ausência de médicos para atuar na estratégia de saúde da família

sionais na atenção básica, outros campos são atingidos. Daí a urgência em contratar, pois a vida não pode esperar por reformas estruturais a médio e longo prazos. "Não posso concordar que os postos não sejam ocupados por profissionais de fora, uma vez que os dagui não aceitam".

Para o secretário, os brasileiros precisam vencer o preconceito para aceitar a ampliação do SUS, a partir do programa federal instituído pela MP 621/2013: a desvalorização social dos médicos que trabalham com a atenção básica. "A sociedade acha que quem atende a camada pobre da população é porque não teve competência para abrir consultório próprio, assim como pensa que o SUS é medicina para pobre. E não é".

Segundo Solla, infelizmen-(ESF). Então, se faltam profiste, em uma sociedade capi-

talista a forca de trabalho é mercadoria e os valores de remuneração dependem da lei da oferta e da procura. "Se tem muito profissional e poucos postos, a remuneração cai. Se tem muito posto e não tem profissional disponível, eleva--se o salário", disse se referindo à bolsa de R\$ 10 mil para os participantes do programa.

Críticas ao programa federal

José Tavares e Jecé Brandão foram taxativos pela rejeição da MP 621. "É um desestímulo à profissão. Se faz saúde com mais serviços de qualidade e qualificação de profissionais". Para Tavares, o fato de Dilma Rousseff ter definido isso sem debate com a categoria, as universidades, os gestores municipais e a população é lamentável. "É um processo complexo, que envolve não só médicos, mas toda equipe de profissionais".

Jecé revelou perplexidade em relação à atitude da presidente. Segundo ele, em maio, foi apresentada a pauta e ela se comprometeu debruçar sobre as questões. Mas, quando explodiram as manifestações de junho, em uma resposta imediatista, lançou o programa. Sobre a contratação de médicos estrangeiros, ele alegou que "os brasileiros não podem negar novos cérebros para ajudar a saúde, mas também não podem aceitar que o país receba as sobras de médicos desqualificados do mundo todo". Ele defende a realização de concurso para os 'de casa' e a aplicação do Revalida para os 'de fora'.

O ex-diretor da FMB apontou que é uma questão macropolítica. "Não pode ser uma política de governo, que é periódica. Tem que ser uma política de estado, para ter continuidade". Na opinião de Jecé, a situação depende também de uma política econômica. Segundo ele, não é possível o país gastar 45% dos recursos pagando uma dívida pública impagável de R\$ 2 trilhões, enquanto apenas 4% vão para a saúde.

Muitas mudanças são necessárias

O pesquisador em Saúde Pública, José Sestello, ressalvou que o programa Mais Médicos pode ser benéfico ou maléfico, a depender da condução do processo, e ressaltou que os vazios sanitários são decorrentes de questão antiga na sociedade brasileira: a desigualdade social. Segundo ele, o problema é também geográfico, já que as periferias, onde se mais necessita, estão desassistidas. "É preciso garantir o acesso".

Para o presidente do Conselho Municipal de Saúde,

Marco Sampaio, é difícil para um cidadão ter que peregrinar procurando médico para saber o seu diagnóstico, pois não tem nenhum em sua comunidade para atendê-lo. "É duro para quem vive na preriferia dizer que não quer o Mais Médicos, se quando procuramos não achamos".

Jorge Solla reconheceu que ainda há muito a ser feito, principalmente em relação à atenção básica, mas destacou que outras mudanças na sociedade precisam ocorrer. "Temos que parar de olhar para o próprio umbigo. Não podemos ter a ilusão de que um dia vamos atingir 100% das demandas, pois novas surgem a cada superação. O que fazemos com os 4% dos recursos da União é, praticamente, um milagre".

A plateia também questionou a falta de abertura de vagas na Faculdade de Medicina. José Tavares afirmou que é irresponsabilidade ampliar o número sem ter onde colocar os alunos. "Medicina tem que ser ensinada de forma artesanal. Tem que ir à campo". O secretário discorda do professor. Para ele, é preciso ampliar a oferta de vagas, como vai acontecer agora com a abertura do curso na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), mas garantindo a qualidade. Ainda na opinião de Solla, "todos formados na rede federal deveriam trabalhar no serviço público de saúde. É o mínimo de retorno à população. Deveria ser obrigatório".

Jecé complementa. A medicina não é uma ciência exata. É feita caso a caso. É um trabalho que precisa de um conjunto de itens para que aconteça com deve. "Tem que ter estrutura física e equipe adequada, por exemplo."

Concluindo, o secretário disse que "se não faz saúde só com o médico, também não se faz sem ele".



"A sociedade acha que quem atende pobre é porque não teve competência para abrir consultório, assim como pensa que o SUS é medicina para pobre" Jorge Solla, secretário da Saúde do Estado da Bahia



"É um processo complexo, que envolve não só médicos, mas toda equipe de profissionais". José Tavares Neto, Faculdade de Medicina da Bahia



"...o problema é também geográfico, já que as periferias, onde se mais necessita, estão desassistidas..." José Sestello, membro da Abrasco e do Cebes



"Precisamos acabar com o hábito de resolver as coisas com programas de governo" Jecé Brandão, membro dos conselhos Federal e Regional-BA de Medicina

Jornal da APUB SINDICATO

COMEMORAÇÃO

Extensa programação cultural para celebrar os 45 anos da Apub

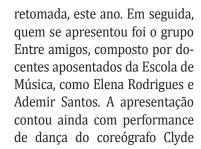
No auge dos 45 anos em defesa da categoria docente na Bahia, a diretoria da Apub Sindicato realizou uma programação cultural. Além dos diversos debates promovidos nos meses de julho e agosto, como parte das ações comemorativas. na semana do aniversário de fundação foi realizado uma noite cultural, com diversas apresentações artísticas de professores

O sarau, que reuniu cerca de 200 docentes na Cabana da Barra, começou com um número do Coral PoliVoz, predominantemente formado por professores da UFBA, especialmente da Escola Politécnica, que fez a primeira apresentação pública desde a











A diretoria da Apub homenageou funcionários que fazem

dos durante o evento.

entidade, com uma pequena mensagem da presidente Cláudia Miranda e fotos de participações em ocasiões especiais. Foi exibido também um vídeo com imagens de momentos marcantes ao longo das mais de quatro décadas de história. Além de um espaço de lazer e cultura, a confraternização, marcada pela emoção, foi uma oportunidade para rever velhos amigos e fortalecer a relação entre o sindicato e a base.

Os vídeos estão disponíveis na página eletrônica da Apub.









Décadas em defesa da universidade pública de qualidade

A Apub Sindicato completou 45 anos de fundação no último dia 6 de agosto. A entidade nasceu em 1968, em plena ditadura militar, após dois episódios: uma confusão na Faculdade de Economia da UFBA, na Piedade, e a invasão da polícia na Escola Politécnica, Federação. Um grupo de professores que viam a necessidade da defesa da categoria realizou uma reunião na Reitoria e criou uma comissão

de formação, com 13 membros. A assembleia de constituição da entidade representativa aconteceu em 6 de agosto do mesmo ano, na qual foi construído o Estatuto da Associação de Docentes na Bahia, a primeira do Brasil.

No entanto, com o AI-5, as atividades da entidade foram suspensas quatro meses depois. A Apub foi retomada em 1977, quase 10 anos mais tarde, com

a formação de uma nova chapa. Assim, efetivamente ganhou fôlego no ano seguinte, porém sem a maior parte das pessoas que participaram do primeiro momento, e não parou mais. A motivação de "recriar" a entidade foi ampliar a resistência à ditadura militar.

Transição

De associação, seção sindical da Andes, até sindicato local, 18 diretorias regeram a entidade. Desde a transformação, em 2010, duas estiveram à frente da Apub: a de 2010-2012 e a atual (2012-2014), que intensificou a agenda política do Sindicato, com a realização de debates.

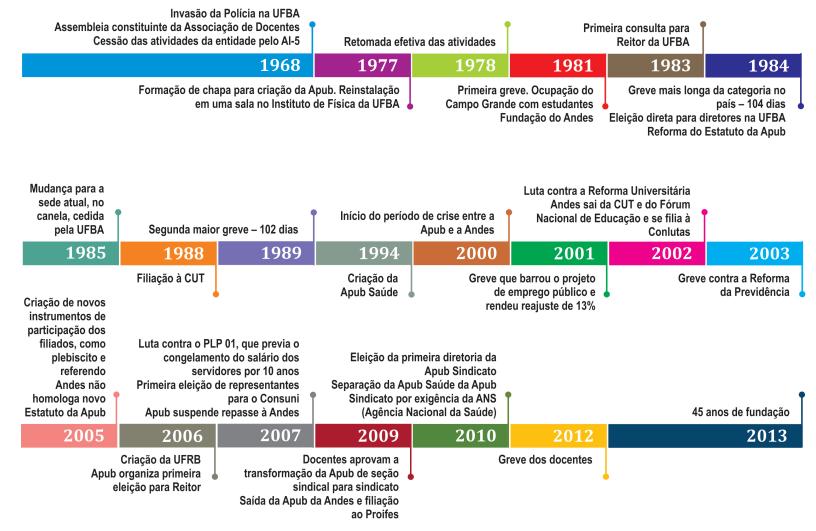
Nesses anos, a Apub tem se destacado pela democratização do Brasil, pela defesa da universidade pública de qualidade, melhores salários e condições de trabalho, além de ser

um espaço de encontro e congraçamento dos professores de todas as unidades.

Os objetivos principais da gestão atual são: acompanhar e avaliar o processo de expansão das IFE (Instituições Federais de Ensino) na Bahia, busca pela valorização da carreira e aprimorar a organização sindical, a partir do estreitamento da relação com a base, a fim de fortalecer a entidade.



LINHA DO TEMPO



APUB EM LUTA



Ato e audiência com a Reitora da UFBA

Como parte da programação do Dia Nacional de Paralisação, em 30 de agosto, a Apub Sindicato realizou ato na Reitoria da UFBA e entregou ofício à Reitora, reafirmando grande parte da demanda solicitada em março e cobrando respostas formais.

Na pauta: relatório de avaliação do REUNI; definição das diretrizes para a Promoção a Titular; segurança (defesa do patrimônio, proteção contra assaltos e garantia do direito à locomoção, bem como em relação às instalações da instituição); determinação da carga horária mínima de 8 horas em sala de aula pelo Consuni; garantia da autonomia universitária e implementação do projeto para o Centro de Esportes da UFBA.

A vereadora Aladilce (PCdoB), professora da Escola de Enfermagem da UFBA, marcou presença no ato, destacando a necessidade de ações do sindicato para garantir qualidade no ambiente de trabalho e no ensino público.

Assembleia com docentes do IFBA

A diretoria da Apub Sindicato realizou, em 29 de agosto, assembleia no IFBA, que contou com professores do Magistério Superior e do EBTT.

Além de informar as ações realizadas pelo Sindicato e convocar para ampliar a mobilização na instituição e participar das discussões da entidade, os diretores dirimiram dúvidas sobre os principais assuntos que atingem os professores do IFBA: RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências), promoção para Titular e as novas formas de aposentadoria, com a implantação do Funpresp.





Salvador - Bahia - Setembro 2013 Jornal da APUB SINDICATO



MOBILIDADE URBANA





Tarifa zero e mobilidade urbana: desafio para a gestão pública

A principal pauta que impulsionou as manifestações de junho foi debatida na palestra Tarifa zero e mobilidade sustentável, realizada em 12 de julho, na Faculdade de Arquitetura da UFBA. Convidada especial foi a deputada federal Luiza Erundina, pioneira em propor a gratuidade dos transportes coletivos em São Paulo. De acordo com a parlamentar, a proposta era viabilizar a tarifa zero com uma Reforma Tributária, através do IPTU. "A ideia era isentar quem tivesse até 60 m² de propriedade e aumentar o IPTU para os grandes empreendimentos. Tive apoio popular, mas o mandato quase foi cassado com a pressão de grupos de poder".

Atualmente, a proposta é defendida pelo Movimento Passe Livre (MPL). Segundo Caio Martins, representante do MPL em São Paulo, a tarifa zero deve ser feita através de um Fundo de Transportes, que utilizará recursos arrecadados em escala progressiva através de impostos como o IPTU. "Quem pode mais paga mais. Quem pode menos paga menos. E quem não pode não paga".

Para Ubiratan Félix, presiden-

te do Senge-BA e vice-presidente da Apub, algumas alternativas a analisar seriam aumentar o IPVA, o Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) ou, até, criar pedágios urbanos.

O coordenador do MDT, arquiteto Nazareno Stanislau, defende a Política de Estacionamento. "É preciso ser regulado como serviço público. Tem que acabar com estacionamento nas vias públicas nos centros e corredores de transportes públicos". As áreas devem ser transformadas em faixas exclusivas para ônibus ou utilizadas para

ampliação das calçadas, implantação de ciclofaixas ou jardins.

"A ideia é autorizar o funcionamento de estacionamentos somente por meio de licitação. E taxar adequadamente essa atividade econômica, com destinação de recursos para um fundo voltado a ampliar e qualificar o transporte público, à infraestrutura e coordenação de ações referentes ao transporte cicloviário e à melhoria do sistema de calçadas", explica Stanislau.

O arquiteto destaca a Política Nacional de Mobilidade Urbana como um grande avanço e o pacote de R\$ 50 bilhões destinados a sua efetivação. "O grande desafio está na gestão dos governos. Muitas prefeituras não têm equipe técnica qualificada para implementar projetos de mobilidade".

Para o diretor do Senge-BA Estudante, Marcos Botelho, infelizmente persiste o modelo que leva em conta o lucro das empresas de ônibus e que não dialoga com as necessidades do povo. "O transporte deve ser tratado como um direito social. Todos precisam do transporte para se alcançar demais direitos, como à educação, à saúde e ao trabalho".

VEM PRA RUA

Manifestações populares e a nova geração

As manifestações de junho ocorridas em todo o país pareceram explosivas e espontâneas. De acordo com Valter Pomar, especialista em História Econômica e dirigente nacional do PT, a diferença é que uma grande quantidade de pessoas não tinha ligação com partidos, sindicatos ou organizações sociais. Vinculado às conjunturas nacional e internacional, o tema foi amplamente debatido na palestra realizada pela Apub Sindicato e pelo Senge-BA, junto à Fesenge (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros).

Para Pomar, nas décadas de 70 a 90, a esquerda era o porta voz da insatisfação social. A chegada do PT à presidência e o crescente peso no aparato dos estados brasileiros deram outra forma à conexão entre o sentimento popular e a postura da esquerda. A maioria dos manifestantes tinha até 25 anos. Pessoas que iniciaram a participação política quando o PT estava para chegar ao governo. "Para elas, o Partido faz parte do atual status quo da sociedade e o raciocínio é fácil: está tudo mal, a política é suja e quem preside o país? O PT". No entanto, o dirigente ressaltou a importância de maior participação na formação da consciência popular, através da qualificação da Educação, indústria cultural e meios de comunicação.

Professor Clímaco Dias (IGEO) acredita que as manifestações estão longe de terminar. "A rua é uma instância política autônoma. Vale lembrar que a comunicação também é feita nas relações cotidianas".

Para Penildon Filho (ICS), cabe às entidades contribuir com a capacidade de organização. Cláudia Miranda, presidente da Apub, concorda que as entidades têm importante papel na formação da consciência popular, enquanto espaço de reflexão e debate. Ubiratan Félix, presidente do Senge-BA e vice da Apub, realçou a importância da mobilização da juventude a debater demandas, como mobilidade e desenvolvimento sustentável.



